



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
REPRESENTAÇÃO Nº 254, CLASSE 42.

ACÓRDÃO Nº 6.266
(16.10.2009)

REPRESENTAÇÃO Nº 254, CLASSE 42.
REPRESENTANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
REPRESENTADO : MARILUCIA DA SILVA FARIAS
ADVOGADO : Bergson Brito Leite
RELATOR : DES. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

Ementa.

ELEIÇÕES 2006. REPRESENTAÇÃO. PRAZO PARA A PROPOSITURA. PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL OU JURISPRUDENCIAL. PRELIMINAR REJEITADA. DOAÇÃO REALIZADA POR PESSOA FÍSICA A CAMPANHA ELEITORAL. DOAÇÕES LIMITADAS A 10% DOS RENDIMENTOS BRUTOS DO ANO ANTERIOR À ELEIÇÃO. DOAÇÃO DENTRO DESTES LIMITES. COMPROVAÇÃO. CONTRIBUINTE ISENTO. DECLARAÇÃO ANUAL DE ISENTO. REPRESENTAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não há previsão legal ou jurisprudencial que estabeleça prazo para a propositura de representação eleitoral prevista no art. 96, § 5º, da Lei federal nº 9.504/1997. Sua natureza jurídica é de multa administrativa, prescrevendo em 5 anos.

2. O limite de isenção autoriza a doação de 10% (dez por cento) sem a infringência à norma do art. 23 §1º. inciso I, e § 3º. da lei nº. 9.504/97 (Regulamentado pelo art. 17, § 1. inciso I da Resolução do TSE nº. 22.715/08), para o doador que tenha apresentado doação de isento.

3. Representação julgada improcedente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
REPRESENTAÇÃO Nº 254, CLASSE 42.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em
Maceió, 16 de outubro do ano de 2009.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Orlando Monteiro Cavalcanti Manso', written in a cursive style.

DES. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO
Presidente em exercício e Relator

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Niedja G. de A. Rocha Kaspary', written in a cursive style.

NIEDJA G. DE A. ROCHA KASPARY
Procuradora Regional Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
REPRESENTAÇÃO Nº 254, CLASSE 42.

RELATÓRIO

A Procuradoria Regional Eleitoral apresentou representação, com fundamento no art. 23, §1º da Lei nº 9.504/97, em desfavor de MARILUCIA DA SILVA FARIAS, por ter efetuado doação a candidato além do limite permitido pela lei eleitoral.

Argumentou o *Parquet* que, consoante o relatório de doações para candidatos no pleito de 2006, apresentado pela Receita Federal do Brasil, a ré teria violado o disposto no art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.504/97, pois teria realizado doação excedente em R\$ 1.000,00 (mil, setecentos e sessenta reais).

Requeru a condenação da representada nas penalidades do art. 23, § 3º, da Lei nº 9.504/97, qual seja, o pagamento de multa fixada no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

Devidamente notificada, a representada ofertou a defesa de fls. 32/37, alegando, preliminarmente, a prescrição e, no mérito, que era isenta, não tendo obrigação legal de apresentar declaração de imposto de renda. Ainda assim, o limite de isenção não significa ausência de rendimentos, mas sim rendimentos abaixo de limite legal para a declaração.

Em réplica, o Ministério Público manifestou-se pela rejeição da preliminar e procedência da presente representação.

É, em síntese, o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
REPRESENTAÇÃO Nº 254, CLASSE 42.

VOTO

Tratam os autos de representação, com fundamento no art. 23, § 3º, da Lei nº 9.504/97, em que o Ministério Público Eleitoral requer a condenação da Sra. Marilucia da Silva Farias, porque teria efetuado doação a candidato em valor superior ao permitido pela lei eleitoral, nas eleições gerais de 2006.

O processo encontra-se devidamente instruído com as provas documentais relativas a todos os fatos relevantes ao julgamento do feito, sendo desnecessária a produção da prova testemunhal, razão pela qual passo ao exame da causa.

Preliminar. Prescrição.

A representada alega a prescrição, uma vez que, a despeito de não estabelecer a lei eleitoral um prazo para o ajuizamento das representações, isso não significaria que a ação não sofreria limitação temporal, especialmente porque o nosso ordenamento não autorizaria a reparação *ad eternum* de um direito violado.

De fato, não há na legislação eleitoral qualquer fixação de prazo para a propositura da representação com base no artigo 96 da Lei das Eleições. A jurisprudência do Tribunal Superior, no entanto, fixou alguns limites temporais, como aquela para o ajuizamento das representações fundadas no artigo 73 (condutas vedadas), cujo prazo vai até a data das eleições, e para a propositura da ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico e político que vai até a diplomação dos eleitos. Transcorrido tais períodos, as ações não podem ser mais ser conhecidas ante a perda de uma das condições da ação, qual seja, o interesse de agir.

Não se trata, portanto, de estabelecer prazo prescricional ou decadencial para o ajuizamento das ações, mas apenas de reconhecer que a parte autora não mais possui o interesse para manejar a demanda

Guar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
REPRESENTAÇÃO Nº 254, CLASSE 42.

correspondente, ou seja, houve a fixação de um termo a partir do qual não mais se reconhece a existência de interesse de agir, a fim de evitar o denominado “armazenamento tático de indícios” (TSE, QO no RO 748/PA, rel. Min. Carlos Madeira, DJ 26.08.2005). Por mais, tais marcos jurisprudenciais não possuem paradigma que justique o reconhecimento da ausência de interesse de agir nas hipóteses dos arts. 23 e 81 da Lei nº 9.504/97, pois, do contrário, estimularia os doadores a burlar a legislação em confronto ao seus comandos.

Não tenho dúvidas de que a necessidade de paz e estabilidade nas relações jurídicas impõe-se como regra no Estado de Direito, e que o titular de um direito lesado não poderá exercer o seu direito infinitamente. Contudo, a lei e a jurisprudência eleitoral não fixaram prazo para a propositura da representação do art. 96, § 5º, da Lei nº 9.504/97, pelo que é temerário reconhecer a prescrição não havendo respaldo legal para tanto.

Entendo que o limite para propositura da representação deve levar em consideração a sanção aplicada, ou seja, a natureza jurídica da multa, que é penalidade de natureza administrativa, assim, prescreve em cinco anos. Neste sentido é a jurisprudência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE/MT, REJE nº 827, rel. Juiz Paulo Inácio Dias Lessa, julgado em 01.06.2007, DJ 14.06.2004, p. 30).

De qualquer forma, não há que se falar em ausência de interesse de agir ou mesmo de prescrição, visto que possuindo a multa eleitoral natureza administrativa (não-criminal), seu prazo de prescrição é de cinco anos da realização da conduta proibida, pelo que, rejeito a preliminar de prescrição.

Mérito

Com efeito, infere-se dos autos que o representante de posse da relação dos doadores, entre os quais o representado, e dos respectivos valores doados à campanha do candidato Edwilson Fábio de Melo Barros, efetuou doação de R\$ 1.000,00 (um mil reais), quando, segundo a Procuradoria Eleitoral, não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
REPRESENTAÇÃO Nº 254, CLASSE 42.

poderia ter efetuado qualquer doação haja vista não ter tido rendimentos declarados no ano de 2005.

A representada, em sua defesa, afirmou que era isenta, não tendo obrigação legal de declarar seus rendimentos até o limite de R\$ 13.968,00 (limite de isenção em 2005)¹.

Examinando os autos, observo que o relatório de doações (fl. 06) emitido pela Receita Federal e que serviu de documento primordial para a propositura da presente representação, consta como situação da representada o seguinte termo: Declaração de Isento.

De fato, há uma presunção legal de que os rendimentos, até o valor acima especificado, não precisam ser declarados.

Sendo a doação realizada pelo réu no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), esta se encontra dentro do limite de 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior às eleições.

Neste sentido é a jurisprudência dos TRE's de Tocantins e Mato Grosso. Vejamos:

ACÇÃO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL. DOAÇÃO DE PESSOA FÍSICA ACIMA DO LIMITE LEGAL. VIOLAÇÃO DE SIGILO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. DOAÇÃO INFERIOR AO LIMITE DE ISENÇÃO.

1 - A informação de dados sobre doação em campanha eleitoral pela Receita Federal ao TSE, em face de portaria administrativa conjunta, não viola o sigilo fiscal.

2 - O limite de isenção autoriza a doação em 10% (dez por cento) sem a infringência à norma do art. 23 §1º. inciso I, e § 3º. da Lei nº. 9.504/97 (Regulamentado pelo art. 17, § 1. inciso I da Resolução do TSE nº. 22.715/08), para o doador que tenha apresentado declaração de isento. (TRT/TO. RP 109. Rel. Hélio Miranda. Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 139, Data 14/08/2009, Página 2 e 3)

¹ <http://www.receita.fazenda.gov.br/Alíquotas/TabProgressiva20022011.htm>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
REPRESENTAÇÃO Nº 254, CLASSE 42.

RECURSO ELEITORAL - REPRESENTAÇÃO - DOAÇÃO FEITA POR PESSOA FÍSICA PARA CAMPANHA ELEITORAL - LIMITE LEGAL - NÃO OBSERVÂNCIA - RENDA PRESUMIDA PELO MÁXIMO DO VALOR ISENTO PARA FINS DE DECLARAÇÃO ANUAL DE AJUSTE DE RENDA - MULTA MANTIDA -RECURSO IMPROVIDO.

Diante da ausência de declaração anual de Imposto de Renda da pessoa física, referente ao ano anterior ao pleito eleitoral, é válida a presunção de que o doador tenha auferido rendimentos no limite legal máximo para a isenção da obrigação de declarar rendas ao Fisco Nacional.

A doação feita por pessoa física para campanha eleitoral de quantia acima do limite de 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior ao da eleição sujeita o infrator à multa no valor de cinco a dez vezes a quantia doada em excesso (TRE/MT. Acórdão nº 17.412. Rel. Renato César Vianna Gomes. Publicação: DEJE - Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, Tomo 248, Data 25/8/2008, Página 1-6)

Dessa feita, a doação da representada respeitou o limite legal.

Com essas considerações, JULGO IMPROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO.

É como voto.

DES. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO
Relator

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO
Certifico que o Acórdão nº <u>6.266</u> , de <u>16/10/09</u> , foi conferido na <u>44</u> ª sessão <u>ordinária</u> , realizada em <u>16/10/09</u> , no <u>Salão de Sessões</u> Oficial do Estado de Alagoas, às <u>19h10/09</u> das <u>19</u> h. <u>34</u> min.
Eu, <u>Christiane</u> , Coordenadora de Sessões, certifico em <u>19/10/09</u> a veracidade desta certidão.
Coordenadora de Sessões



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Representação Nº 254

Prot. 3.266/2009

ORIGEM: MACEIÓ - AL

JULGADO EM: 16/10/2009 (SESSÃO Nº 77/2009)

RELATOR (A): DES. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

PRESIDENTE DA SESSÃO: Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

PROCURADOR (A) REGIONAL ELEITORAL: Dr. (a). NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

SECRETÁRIO: JOÃO RAMALHO DA SILVA FILHO

AUTUAÇÃO

REPRESENTANTE(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO
REPRESENTADO(S) : MARILUCIA DA SILVA FARIAS
ADVOGADO : Bergson Brito Leite

DECISÃO

Acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em julgar improcedente a representação, nos termos do voto do Relator. (Acórdão n.º 6.266 de 16.10.09)

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Presentes os Exmos. Srs. Juízes: Drs. , ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS, MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR e EVERALDO BEZERRA PATRIOTA; bem como a doua Procuradora Regional Eleitoral Dr.ª NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY. Ausência justificada do Exmos. Srs. Des. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA e ANDRÉ LUÍS MAIA TOBIAS GRANJA, em virtude de viagem para participar do Encontro do Colégio de Presidentes.

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 16 de outubro de 2009.


CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS
Coordenadora de Sessões